



NAZARÉ

MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Relatório de Gestão Consolidado do Município da Nazaré - Ano 2023	INFORMAÇÃO N.º: 345/DAF-SGFCT/2024
	NIPG: 7661/24
	DATA: 2024/06/03

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em 7/6/2024 por maioria
aprovada, com quatro votos a favor dos membros
do PS, dois votos contra dos membros do PSD e
um voto contra do membro do CDU, os documentos
do Relatório de Gestão Consolidado
do Município da Nazaré -
exercício económico de 2023 e
Roneiral à Assembleia Municipal para deliberação

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

DESPACHO:

Final 7

À Reunião
03-06-2024

Manuel António Sequeira
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

CHEFE DE DIVISÃO:

À Dra. Paula Veloso
Para inserir na "ordem do dia" da próxima
reunião da Câmara Municipal, conforme
Despacho do Sr. Presidente.
03-06-2024

Helena Pola

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

VEREADOR(A)/CHEFE DE DIVISÃO:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Concordo com o exposto.
À consideração superior,
03-06-2024

Helena Pola

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

INFORMAÇÃO



Exma. Senhora Chefe da DAF

No âmbito das competências definidas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, tem a Câmara Municipal competência de elaborar e aprovar os documentos do Relatório de Gestão Consolidado e remete-lo à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Assim, serve a presente para remeter a V. Exa, em anexo, o Relatório de Gestão Consolidado do Ano económico de 2023, elaborado pelo serviço de contabilidade, de acordo com os dados constantes da aplicação informática.

À consideração superior,

03-06-2024

Ricardo Carapau





MUNICÍPIO DA NAZARÉ

Avenida Vieira Guimarães
262 550 010
geral@cm-nazare.pt

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ANO 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL DA NAZARÉ

 vimeo.com/municipiodanazare
 facebook.com/cmnazare
 instagram.com/municipiodanazare/



Índice

Introdução	2
Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação	3
Principais atividades desenvolvidas	6
Recursos humanos	7
Análise económica e financeira	8
Balanço	9
Demonstração de resultados por natureza	12
Demonstrações orçamentais consolidadas	18
Demonstração orçamental consolidada do desempenho orçamental	19
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	20
Demonstrações financeiras consolidadas	21
Balanço consolidado	22
Demonstrações dos resultados consolidados por natureza	23
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	24
Demonstração das alterações no património líquido	25
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	26



Introdução

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI - Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios.

De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Neste contexto, o Município da Nazaré elaborou em 2023, a consolidação de contas do grupo municipal.



Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)
- Perímetro de natureza financeira (NCP22)

O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

O SNC-AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

De acordo com o normativo, a existência ou presunção de controlo, por parte dos municípios, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.



Com base nestes pressupostos, temos:

Grupo Municipal da Nazaré



O município da Nazaré detém participação financeira nos Serviços Municipalizados da Nazaré e na empresa municipal Nazaré Qualifica.

De seguida apresentam-se as entidades incluídas na consolidação e o respetivo método de consolidação utilizado.

Quadro 1 - Entidades do grupo autárquico

Entidade	Tipo	Capital	% Participação	NCP aplicável	Mensuração	
					Contas individuais	Contas consolidadas
Serviços Municipalizados da Nazaré	SM	9 485 572,98	100,00%	NCP 22	MEP	Integral
Nazaré Qualifica, EM	EM	10 000,00	100,00%	NCP 22	MEP	Integral



Definição dos métodos

- Método de consolidação integral: método de consolidação adotado em situações de controlo exclusivo. Consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante;
- Método da equivalência patrimonial: método contabilístico nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.



Principais atividades desenvolvidas

➤ Serviços Municipalizados da Nazaré

Os Serviços Municipalizados da Nazaré asseguram e gestão de vários serviços básicos, tais como abastecimento de água, gestão de resíduos sólidos urbanos, saneamento, limpeza urbana e transporte coletivo de pessoas.

Atualmente estes Serviços Municipalizados promovem a gestão dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, garantido o fornecimento de água, assim como o encaminhamento de águas residuais para tratamento, com critérios de qualidade.

A gestão do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos é efetivada por via de administração direta garantindo a operacionalidade de recolha e encaminhamento de resíduos em todo o concelho da Nazaré, assim como um modelo de triagem seletiva de resíduos recicláveis.

Outra componente de prestação de serviços, assegurada pelos Serviços Municipalizados, é a gestão do Ascensor da Nazaré, que liga o centro da vila da Nazaré ao Sítio da Nazaré, sendo atualmente o equipamento por cabo com maior utilização em Portugal. Também na componente de transportes, os SMN asseguram o serviço de transporte urbano rodoviário, com um novo sistema de quatro linhas que ligam os diferentes povoados da freguesia da Nazaré ao centro da vila.

➤ Nazaré Qualifica EM – Unipessoal, Lda

A entidade Nazaré Qualifica EM - Unipessoal, Lda. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral destinada à promoção e gestão de equipamentos coletivos e de desenvolvimento económico, gestão do estacionamento público urbano e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto.

Outra componente da empresa municipal é a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e a renovação e reabilitação urbanas e gestão de património edificado.

Societariamente, é uma empresa municipal que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.



Recursos humanos

O grupo autárquico conta com um conjunto de colaboradores que permitem a prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

O número de funcionários das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 497 em 31 de dezembro de 2023, repartido por categorias da seguinte forma:

Categoria profissional	N.º de funcionários			Total
	CMN	SMN	NQ	
Dirigente superior	0	0	0	0
Dirigente intermédio	3	0	0	3
Técnico superior	53	13	19	85
Assistente técnico	50	33	2	85
Assistente operacional	140	109	64	313
Outros	11	0	0	11
Total	257	155	85	497

O grupo “Outros” contempla 11 trabalhadores que estão em outras situações, mais concretamente, 1 coordenador municipal de proteção civil, 2 adjuntos e 2 secretários do gabinete de apoio aos órgãos municipais e 6 informáticos.



Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Análise económico-financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.



Balanço

➤ Ativo

No final de 2023, o ativo do Grupo Municipal ascendeu a 60.338.760,48 €, o que significa um aumento de 5,8 milhões de euros em relação ao ano anterior (10,6%). Do total do ativo, 93,0% é constituído por ativo não corrente e 7,0% por ativo corrente. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

ATIVO	2023	2022	Var. 23/22	Var. %
Ativos fixos tangíveis	54 727 240,36	48 137 652,08	6 589 588,28	13,69%
Propriedades de investimento	51 660,00	0,00	51 660,00	100,00%
Ativos intangíveis	507 318,00	418 998,31	88 319,69	21,08%
Participações financeiras	840 556,00	840 556,00	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	3 109,96	-3 109,96	-100,00%
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	-
Ativo não corrente	56 126 774,36	49 400 316,35	6 726 458,01	13,62%
Inventários	303 707,63	293 147,47	10 560,16	3,60%
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	168 520,19	168 520,19	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	861 381,42	809 573,32	51 808,10	6,40%
Estado e outros entes públicos	264 389,44	41 391,44	222 998,00	538,75%
Outras contas a receber	842 924,97	1 197 523,86	-354 598,89	-29,61%
Diferimentos	48 978,12	44 592,79	4 385,33	9,83%
Outros ativos financeiros	500,00	500,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos	1 721 584,35	2 608 139,01	-886 554,66	-33,99%
Ativo corrente	4 211 986,12	5 163 388,08	-951 401,96	-18,43%
Ativo Total	60 338 760,48	54 563 704,43	5 775 056,05	10,58%

Os ativos fixos tangíveis representam 90,7% do total do ativo e registam um aumento de 6,6 milhões de euros face a 2022.

As dívidas de terceiros representam 3,5% do ativo total e tiveram uma diminuição de 80 mil euros.

A rubrica caixa e depósitos registou um decréscimo de 887 mil euros, fruto dos muitos pagamentos de faturas realizados mesmo no final do ano.



➤ Património líquido

O património líquido do grupo municipal apresenta no final de 2023, o valor de 26.118.292,56 €, refletindo um aumento de 6,2 milhões de euros face ao final de 2022.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2023	2022	Var. 23/22	Var. %
Património / Capital	14 545 058,57	12 847 634,78	1 697 423,79	13,21%
Reservas	307 676,23	307 676,23	0,00	0,00%
Resultados transitados	-2 792 950,50	-4 518 339,00	1 725 388,50	-38,19%
Ajustamentos em ativos financeiros	-4 950 480,55	-4 950 299,05	-181,50	0,00%
Outras variações no património líquido	19 414 650,84	14 465 511,06	4 949 139,78	34,21%
Resultado líquido do período	-405 662,03	1 729 912,34	-2 135 574,37	-123,45%
Património Líquido Total	26 118 292,56	19 882 096,36	6 236 196,20	31,37%

As rubricas que compõem o património líquido que mais contribuíram para esta variação foram as outras variações no património líquido (+4,9 milhões de euros), os resultados transitados (+1,7 milhões de euros), o património/capital – balanço inicial (+1,7 milhões de euros) e em sentido contrário, o resultado líquido do período (-2,1 milhões de euros).



➤ Passivo

Em relação ao passivo, o Grupo Municipal apresentou a 31 de dezembro de 2023 um valor de 34.220.467,92 €, verificando-se uma redução de 461 mil euros em relação ao final de 2022. O passivo não corrente representa 87,1% do total e o passivo corrente 12,9%. Seguidamente pode verificar-se a estrutura e a evolução das suas rubricas.

PASSIVO	2023	2022	Var. 23/22	Var. %
Provisões	12 199,95	67 199,95	-55 000,00	-81,85%
Financiamentos obtidos	27 853 648,34	28 953 120,14	-1 099 471,80	-3,80%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	-
Outras contas a pagar	1 929 331,18	1 981 739,93	-52 408,75	-2,64%
Passivo não corrente	29 795 179,47	31 002 060,02	-1 206 880,55	-3,89%
Fornecedores	522 948,52	614 698,64	-91 750,12	-14,93%
Estado e outros entes públicos	308 107,95	274 392,76	33 715,19	12,29%
Financiamentos obtidos	1 100 219,06	1 172 317,44	-72 098,38	-6,15%
Fornecedores de investimentos	670 708,05	21 758,76	648 949,29	2982,47%
Diferimentos	13 799,89	0,00	13 799,89	100,00%
Outras contas a pagar	1 809 504,98	1 596 380,45	213 124,53	13,35%
Passivo corrente	4 425 288,45	3 679 548,05	745 740,40	20,27%
Passivo Total	34 220 467,92	34 681 608,07	-461 140,15	-1,33%

A variação negativa de 1,3% no valor do passivo total, resulta essencialmente do decréscimo dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo (-1,1 milhões de euros) e da rubrica de fornecedores que diminuiu em 14,9% (-92 mil euros). Os bons níveis de receita possibilitaram o pagamento, quer das prestações dos empréstimos previstas, quer dos pagamentos a fornecedores, nomeadamente Águas do Vale do Tejo, Águas do Tejo Atlântico e Valorsul, por parte dos Serviços Municipalizados da Nazaré.

Em sentido contrário, houve um aumento nas rubricas de fornecedores de investimentos e nas outras contas a pagar no passivo corrente, e resultou de um maior volume de faturação recebida pelo Município nas últimas semanas do ano e que ficaram em dívida.



Demonstração de resultados por natureza

O ano de 2023 saldou-se por um resultado líquido negativo de 405.662,03 €.

DESCRIÇÃO	VALOR	%
RENDIMENTOS		
Impostos, contribuições e taxas	9 162 181,24	35,72%
Vendas	2 657 683,04	10,36%
Prestações de serviços e concessões	7 052 990,83	27,50%
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 985 864,25	19,44%
Trabalhos para a própria entidade	93 534,19	0,36%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	28 848,93	0,11%
Outros rendimentos	1 651 702,19	6,44%
Juros e rendimentos similares obtidos	17 647,18	0,07%
Total de rendimentos	25 650 451,85	100,00%
GASTOS		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	844 198,54	3,24%
Fornecimentos e serviços externos	8 179 251,47	31,39%
Gastos com pessoal	10 617 494,36	40,75%
Transferências e subsídios concedidos	1 740 131,76	6,68%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00%
Provisões	0,00	0,00%
Outros gastos	1 024 369,53	3,93%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 048 388,82	11,70%
Juros e gastos similares suportados	522 295,15	2,00%
Imposto sobre o rendimento	79 984,25	0,31%
Total de gastos	26 056 113,88	100,00%
Resultado líquido do período	-405 662,03	-1,58%

Os rendimentos totalizaram 25.650.451,85 €, e por sua vez, os gastos fixaram-se em 26.056.113,88 €, ou seja, 1,6% acima dos rendimentos.

Verifica-se que a atividade financeira do Grupo Municipal se sustentou em três importantes áreas: “Impostos, contribuições e taxas”, “Prestações de serviços e concessões” e “Transferências e subsídios correntes obtidos” que no seu conjunto foram responsáveis por 82,7% dos rendimentos.



Para além destas, as vendas atingiram 2.657.683,04 €, nomeadamente a venda da água por parte dos Serviços Municipalizados e existiram outros rendimentos de 1.651.702,19 €, na sua maior parte resultantes da especialização dos subsídios ao investimento, das rendas de edifícios, da renda de concessão da EDP e do acionamento parcial das garantias relativas ao processo do depósito de água - reservatório do Camarçãõ, entre outros.

Nos gastos, a distribuição é relativamente equilibrada, sendo, no entanto, de referir o peso estrutural das rubricas:

- Gastos com o pessoal, com 40,8%
- Fornecimentos e serviços externos, com 31,4%
- Gastos/reversões de depreciação e amortização, com 11,7%

Em termos de evolução, temos:

Rendimentos

Efetuada uma análise aos rendimentos do ano de 2023 e respetiva evolução, podemos concluir que houve um acréscimo de 513 mil euros face ao ano de 2022.

RENDIMENTOS	31/12/2023	31/12/2022	Var. 23/22	Var. %
Impostos, contribuições e taxas	9 162 181,24	9 978 496,09	-816 314,85	-8,18%
Impostos diretos	5 565 451,31	5 402 320,72	163 130,59	3,02%
Derrama	368 989,00	252 132,60	116 856,40	46,35%
IMI	4 734 636,55	4 719 320,81	15 315,74	0,32%
IUC	448 801,04	416 206,66	32 594,38	7,83%
Outros	13 024,72	14 660,65	-1 635,93	-11,16%
Impostos indiretos	3 311 528,53	4 338 535,95	-1 027 007,42	-23,67%
Loteamentos e obras	158 201,03	300 190,12	-141 989,09	-47,30%
Ocupação de via pública	208 376,20	143 871,81	64 504,39	44,83%
Publicidade	66,85	217,50	-150,65	-69,26%
TMDP	9 064,50	8 416,09	648,41	7,70%
IMT	2 934 656,95	3 883 461,03	-948 804,08	-24,43%
Outros	1 163,00	2 379,40	-1 216,40	-51,12%
Taxas, multas e outras penalidades	285 201,40	237 639,42	47 561,98	20,01%
Vendas	2 657 683,04	2 077 516,44	580 166,60	27,93%
Prestações de serviços e concessões	7 052 990,83	6 562 205,60	490 785,23	7,48%
Transferências e subsídios obtidos	4 985 864,25	4 672 095,11	313 769,14	6,72%
Trabalhos para a própria entidade	93 534,19	160 984,81	-67 450,62	-41,90%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	28 848,93	0,00	28 848,93	100,00%
Outros rendimentos	1 651 702,19	1 669 854,16	-18 151,97	-1,09%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	17 647,18	16 175,29	1 471,89	100,00%
Total	25 650 451,85	25 137 327,50	513 124,35	2,04%



A rubrica de impostos indiretos registou uma redução de 23,7% (-1 milhão de euros), resultado, nomeadamente, do decréscimo da cobrança do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT). Este é um imposto de carácter muito variável e sofreu uma forte diminuição face ao ano anterior. Também se registou quebra da receita com taxas de loteamentos e obras.

A rubrica de vendas teve um incremento de 580 mil euros face ao ano anterior, resultado do aumento do consumo de água faturado e pela alteração do tarifário dos locais de consumo que estavam referenciados como AL – Alojamento Local, passando a ser cobrada a tarifa de “consumidor não doméstico” e que se refletiu nos 12 meses do ano de 2023. Também se verificou um aumento do valor da faturação do Farol por parte da empresa municipal.

A rubrica de prestações de serviços e concessões teve um aumento de 491 mil euros, resultado do descrito no parágrafo anterior, mas para as componentes dos serviços de saneamento e resíduos sólidos urbanos e pelo ajustamento das tarifas à taxa de inflação estimada para o ano 2023. Também se registou um aumento na receita com parques e parquímetros face ao ano anterior.

Também a rubrica de transferências e subsídios obtidos teve um aumento relevante de 314 mil euros (+6,7%) face ao ano anterior. Este aumento está relacionado sobretudo com o incremento das transferências da DGAL por conta da transferência de competências na área da educação, ação social e saúde, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Gastos

No que diz respeito aos gastos no final do ano 2023, verifica-se um acréscimo de 2,6 milhões de euros face ao período homólogo.

GASTOS	31/12/2023	31/12/2022	Var. 23/22	Var. %
CMVMC	844 198,54	902 472,77	-58 274,23	-6,46%
Fornecimentos e serviços externos	8 179 251,47	7 639 851,11	539 400,36	7,06%
Gastos com o pessoal	10 617 494,36	9 160 913,57	1 456 580,79	15,90%
Transferências e subsídios concedidos	1 740 131,76	1 434 264,58	305 867,18	21,33%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	2 308,11	-2 308,11	-100,00%
Provisões	0,00	55 000,00	-55 000,00	-100,00%
Outros gastos e perdas	1 024 369,53	648 992,73	375 376,80	57,84%
Gastos de depreciação e de amortização	3 048 388,82	2 884 627,64	163 761,18	5,68%
Juros e gastos similares suportados	522 295,15	613 338,38	-91 043,23	-14,84%
Imposto sobre o rendimento	79 984,25	65 646,27	14 337,98	21,84%
Total	26 056 113,88	23 407 415,16	2 648 698,72	11,32%

Exercício económico de 2023



Esta variação de 11,3% resulta sobretudo dos aumentos nas rubricas gastos com o pessoal, de fornecimentos e serviços externos, outros gastos e perdas e transferências e subsídios concedidos.

Em termos absolutos, a rubrica “gastos com o pessoal” apresentou um aumento de 1,5 milhões de euros, a rubrica “fornecimentos e serviços externos” um aumento de 539 mil euros, a rubrica “outros gastos e perdas” um aumento de 375 mil euros, a rubrica “transferências e subsídios concedidos” com um aumento de 306 mil euros e a rubrica de “gastos de depreciação e de amortização” com um aumento 164 mil euros.

Em sentido contrário, destaca-se a diminuição nas rubricas “juros e gastos similares suportados”, “custo das mercadorias vendidas e matérias primas consumidas” e provisões com 91, 58 e 55 mil euros respetivamente.

A grande variação face ao ano anterior registou-se nos gastos com o pessoal (+1,5 milhões de euros). Estes gastos compreendem as remunerações e respetivos encargos com os funcionários e executivo do Grupo Municipal. O Grupo Municipal contabilizava no final do ano 497 colaboradores, mais 19 relativamente ao final de 2022. No âmbito da transferência de competências na educação, foram transferidos para o Município da Nazaré 53 colaboradores em termos acumulados até ao final do ano.

Este aumento em termos de gasto resulta da transferência de competências na área da educação, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, da entrada de diversos trabalhadores através de mobilidade interna, pela alteração de posicionamento remuneratório obrigatório, pela mobilidade inter carreiras, pelo aumento do salário mínimo para os 760 €, pelo aumento do subsídio de refeição para os 6 € e pela admissão de novos funcionários decorrente de concursos para as seções dos Serviços Municipalizados da Nazaré. O aumento resultante da transferência de competências é compensado, em parte, com o aumento de transferências na receita no mesmo âmbito.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, que regista despesas com aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis e serviços prestados por entidades externas, teve um acréscimo de 7,0% (+539 mil euros).

Grande parte deste incremento diz respeito aos serviços diversos, mais concretamente aos serviços de educação e aos serviços culturais.

Relativamente aos primeiros, em 2023, registou-se um aumento nos gastos, na medida em foi efetuada a contratação de serviços “in house” com a empresa municipal Nazaré Qualifica para a área da educação e que no ano anterior só aconteceu no último trimestre (além disso, em 2022



estes gastos do último trimestre foram classificados na rubrica de transferências). Este aumento é compensado pela redução parcial nas transferências correntes. Também se registou um aumento na prestação de serviços na área da educação.

Houve igualmente um grande incremento nos gastos com serviços culturais no exercício. Em 2023, os pagamentos efetuados à empresa municipal Nazaré Qualifica no âmbito da cultura e eventos passaram a ser contabilizados como contratação de serviços “in house”, ao contrário do que aconteceu em 2022, que eram contabilizados na rubrica de transferências correntes (celebração de instrumento contratual - contrato programa no ano 2022 com a empresa municipal). Além disso, ocorreram mais eventos culturais, quando comparado com o ano anterior, como por exemplo a Semana Arte Mulher e a organização do Carnaval 2023 (o que não aconteceu em 2022). Por outro lado, o valor gasto no evento “Festas do Sítio” foi maior em 2023. A acrescer a isto, também aumentou o número de prestadores de serviços na área da cultura, bem como o valor pago das prestações de serviços já existentes.

Também os serviços especializados registaram um incremento face ao ano anterior, fruto essencialmente do aumento dos gastos com serviços de vigilância e segurança e a aquisição de trabalho temporário para o serviço de resíduos sólidos urbanos e limpeza pedonal no concelho.

Importa ainda referir o aumento nos gastos em subcontratos no serviço de saneamento básico contratado à empresa Águas do Tejo Atlântico.

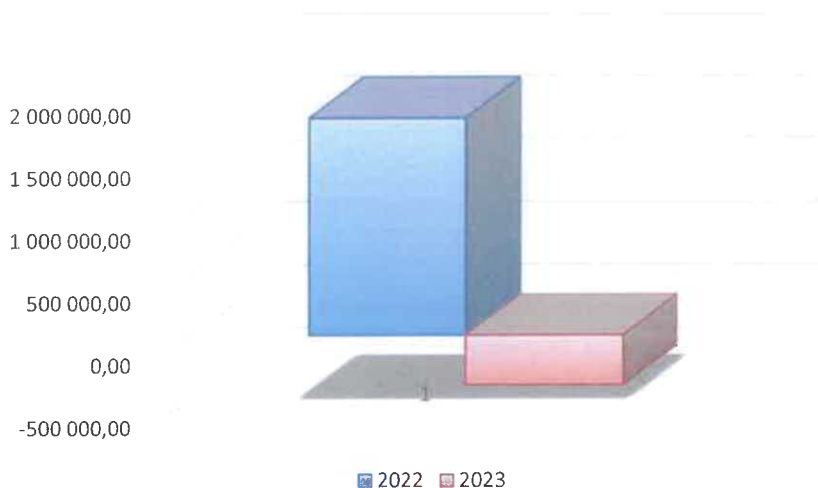


Resultado líquido consolidado do exercício

O resultado líquido do Grupo Municipal do exercício de 2023 fixou-se nos 405.662,03 € negativos.

Este resultado consolidado, difere do resultado que consta nas contas individuais do Município em 1.134,49 €. Em 2023, as contas individuais do Município tiveram por base um resultado provisório da empresa municipal Nazaré Qualifica, que face ao resultado definitivo, difere, para menos, neste valor de 1.134,49 €.

Resultado líquido do Grupo Municipal





Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Demonstrações orçamentais consolidadas



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Grupo Municipal da Nazaré

RUBRICA	RECEBIMENTOS	31/12/2023	31/12/2022	RUBRICA	PAGAMENTOS	31/12/2023	31/12/2022
RA01	Saldo de gerência anterior	2 608 639,01	4 958 003,30				
R101	Operações orçamentais [1]	1 781 688,85	4 087 515,23				
R102	Devolução do saldo operações orçamentais						
R104	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
R103	Operações de tesouraria [A]	826 950,16	870 488,07				
RA02	Receita corrente	25 212 915,60	24 462 353,78	DA01	Despesa corrente	22 606 057,17	20 978 047,68
R1	Receita fiscal	9 125 563,70	9 174 129,63	D1	Despesas com o pessoal	9 940 210,60	8 710 287,21
R1.1	Impostos diretos	9 125 563,70	9 174 129,63	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	7 585 402,41	6 623 062,91
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	560 133,36	489 383,77
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança social	1 794 674,83	1 597 840,53
R3	Taxas, multas e outras penalidades	668 216,82	690 720,13	D3	Aquisição de bens e serviços	10 253 130,28	9 558 168,74
R4	Rendimentos de propriedade	658 314,38	499 080,26	D3	Juros e outros encargos	522 323,57	614 697,75
R5	Transferências e subsídios correntes	4 789 730,99	4 522 676,16	D4	Transferências e subsídios correntes	1 100 297,00	986 234,70
R5.1	Transferências correntes	4 789 730,99	4 522 676,16	D4.1	Transferências correntes	1 100 297,00	986 234,70
R5.1.1	Administrações Públicas	4 789 730,99	4 522 676,16	D4.1.1	Administrações Públicas	180 000,00	151 874,90
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 789 730,99	4 522 676,16	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local	180 000,00	151 874,90
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	812 776,10	704 718,22
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	82 520,90	54 641,58
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras	25 000,00	75 000,00
R6	Venda de bens e serviços	7 907 832,90	7 291 369,86	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	2 063 256,81	2 284 377,74	D5	Outras despesas correntes	790 095,72	1 108 662,28
RA03	Receita de capital	1 988 557,46	1 616 233,87	DA02	Despesa de capital	4 556 561,59	2 909 438,32
R8	Venda de bens de investimento	11 904,92	236 636,00	D6	Aquisição de bens de capital	4 077 123,59	2 545 263,32
R9	Transferências e subsídios de capital	1 556 171,74	1 379 597,87	D7	Transferências e subsídios de capital	479 438,00	364 175,00
R9.1	Transferências de capital	1 556 171,74	1 379 597,87	D7.1	Transferências de capital	479 438,00	364 175,00
R9.1.1	Administrações Públicas	1 556 171,74	1 379 597,87	D7.1.1	Administrações Públicas	185 500,00	353 000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 556 171,74	1 379 597,87	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local	185 500,00	353 000,00
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	43 938,00	11 175,00
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
RA04	Receita efetiva [2]	27 201 473,06	26 078 587,65	D8	Outras despesas de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	DA03	Despesa efetiva [5]	27 162 618,76	23 887 486,00
RA05	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	DA04	Despesa não efetiva [6]	1 171 570,18	1 571 151,59
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	1 171 570,18	1 571 151,59
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	30 886 133,91	32 253 700,05	DA05	Soma [7]=[5]+[6]	28 334 188,94	25 458 637,59
ROT1	Operações de tesouraria [B]	262 885,40	189 894,27	DOT1	Operações de tesouraria [C]	166 724,18	233 432,18
				DA06	Saldo para a gerência seguinte	1 722 084,35	5 834 415,45
				DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	798 972,97	5 007 465,29
				DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	923 111,38	826 950,16
				DA09	Saldo global [2] - [5]	188 854,30	2 491 101,65
				DA10	Despesa primária	25 708 384,77	22 441 766,40
				DA11	Saldo corrente	2 269 176,40	3 122 595,52
				DA12	Saldo de capital	-2 356 259,34	-901 458,34
				DA13	Saldo primário	429 150,69	2 830 610,21
				DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	27 495 575,27	29 086 135,77
				DA15	Despesa total [5] + [6]	27 276 372,58	24 502 319,52



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Grupo Municipal da Nazaré

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022
	Receita corrente	1 308 301,48	1 262 777,69		Despesa corrente	669 213,98	673 330,88
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	163 890,67	141 924,28
R1.1	Impostos diretos			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	93 280,07	83 181,98
R1.2	Impostos indiretos			D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	5 797,82	6 062,17
R2	Contribuições sist. proteção social e subsist. saúde			D1.3	Segurança social	73 771,95	20 327,13
R3	Taxas, multas e outras penalidades	57 953,70	62 108,67	D2	Aquisição de bens e serviços	446 459,42	491 353,05
R4	Rendimentos de propriedade	1 358,00	1 212,00	D3	Juros e outros encargos		
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	D4	Transferências e subsídios correntes	84,61	77,55
R5.1	Transferências correntes			D4.1	Transferências correntes		
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1	Administrações Públicas		
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo		
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	84,61	77,55
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	1 172 346,39	1 145 944,88	D4.2	Subsídios Correntes		
R7	Outras receitas correntes	76 643,39	53 512,14	D5	Outras despesas correntes	58 779,28	39 976,00
	Receita de capital	0,00	0,00		Despesa de capital	669 154,66	21 758,76
R8	Venda de bens de investimento			D6	Aquisição de bens de capital	669 154,66	21 758,76
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		
R9.1	Transferências de capital			D7.1	Transferências de capital		
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1.1	Administrações Públicas		
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português			D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo		
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos			D8	Outras despesas de capital		
	Receita efetiva [1]	1 308 301,48	1 262 777,69		Despesa efetiva [4]	1 338 368,64	695 089,64
	Receita não efetiva [2]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [5]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros			D10	Despesa com passivos financeiros		
	Receita total [3]=[1]+[2]	1 308 301,48	1 262 777,69		Despesa Total [6]=[4]+[5]	1 338 368,64	695 089,64



Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Demonstrações financeiras consolidadas

**BALANÇO CONSOLIDADO**
Grupo Municipal da Nazaré

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	54 727 240,36	48 137 652,08
Propriedades de investimento		51 660,00	0,00
Ativos intangíveis	3	507 318,00	418 998,31
Participações financeiras	22	840 556,00	840 556,00
Clientes, contribuintes e utentes	23.2	0,00	3 109,96
Outras contas a receber		0,00	0,00
		56 126 774,36	49 400 316,35
Ativo corrente			
Inventários	10	303 707,63	293 147,47
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	23.2	168 520,19	168 520,19
Clientes, contribuintes e utentes	23.2	861 381,42	809 573,32
Estado e outros entes públicos	23.2	264 389,44	41 391,44
Outras contas a receber	23.2	842 924,97	1 197 523,86
Diferimentos		48 978,12	44 592,79
Outros ativos correntes		500,00	500,00
Caixa e depósitos	1.2	1 721 584,35	2 608 139,01
		4 211 986,12	5 163 388,08
Total Ativo		60 338 760,48	54 563 704,43
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	23.1	14 545 058,57	12 847 634,78
Reservas	23.1	307 676,23	307 676,23
Resultados transitados	23.1	-2 792 950,50	-4 518 339,00
Ajustamentos em ativos financeiros	23.1	-4 950 480,55	-4 950 299,05
Outras variações no património líquido	23.1	19 414 650,84	14 465 511,06
Resultado líquido do período	23.1	-405 662,03	1 729 912,34
Total Património Líquido		26 118 292,56	19 882 096,36
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	12 199,95	67 199,95
Financiamentos obtidos	7	27 853 648,34	28 953 120,14
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	23.2	1 929 331,18	1 981 739,93
		29 795 179,47	31 002 060,02
Passivo corrente			
Fornecedores	23.2	522 948,52	614 698,64
Estado e outros entes públicos	23.2	308 107,95	274 392,76
Financiamentos obtidos	7	1 100 219,06	1 172 317,44
Fornecedores de investimentos	23.2	670 708,05	21 758,76
Diferimentos		13 799,89	0,00
Outras contas a pagar	23.2	1 809 504,98	1 596 380,45
		4 425 288,45	3 679 548,05
Total Passivo		34 220 467,92	34 681 608,07
Total Património Líquido e Passivo		60 338 760,48	54 563 704,43

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA**
Grupo Municipal da Nazaré

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	23.3	9 162 181,24	9 978 496,09
Vendas	23.3	2 657 683,04	2 077 516,44
Prestações de serviços e concessões	23.3	7 052 990,83	6 562 205,60
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.3	4 985 864,25	4 672 095,11
Rendimentos/Gastos imputados de entidades		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	23.3	93 534,19	160 984,81
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-844 198,54	-902 472,77
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-8 179 251,47	-7 639 851,11
Gastos com pessoal	23.5	-10 617 494,36	-9 160 913,57
Transferências e subsídios concedidos	23.6	-1 740 131,76	-1 434 264,58
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		28 848,93	-2 308,11
Provisões (aumentos/reduções)	15	0,00	-55 000,00
Outros rendimentos	23.3	1 651 702,19	1 669 854,16
Outros gastos	23.6	-1 024 369,53	-648 992,73
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 227 359,01	5 277 349,34
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-3 048 388,82	-2 884 627,64
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		178 970,19	2 392 721,70
Juros e rendimentos similares obtidos		17 647,18	16 175,29
Juros e gastos similares suportados	7	-522 295,15	-613 338,38
Resultado antes de impostos		-325 677,78	1 795 558,61
Imposto sobre o rendimento		-79 984,25	-65 646,27
Resultado líquido do período		-405 662,03	1 729 912,34



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Grupo Municipal da Nazaré

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9 888 846,74	10 135 160,28
Recebimentos de contribuintes		9 512 267,05	9 590 738,14
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4 559 714,61	3 757 648,50
Recebimentos de utentes		289 251,37	269 790,13
Pagamentos a fornecedores		-9 156 225,29	-7 740 024,20
Pagamentos ao pessoal		-9 902 441,05	-8 662 065,15
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 429 735,00	-866 651,58
Caixa gerada pelas operações		3 761 678,43	6 484 596,12
Outros recebimentos/pagamentos		-1 752 336,67	-1 431 455,13
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 009 341,76	5 053 140,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-3 885 083,43	-1 947 594,97
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		161 904,92	300 000,00
Recebimentos - Propriedades de investimento		9 600,00	
Recebimentos - Transferências de capital		2 393 302,54	1 181 821,37
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 320 275,97	-465 773,60
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		17 642,58	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 171 570,18	-1 535 857,47
Pagamentos - Juros e gastos similares		-514 392,32	-551 971,47
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 668 319,92	-2 087 828,94
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-979 254,13	2 499 538,45
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2 608 639,01	1 732 226,86
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 722 084,35	2 608 639,01
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2 608 639,01	1 732 226,86
Saldo da gerência anterior (SGA)		2 608 639,01	1 732 226,86
SGA De execução orçamental		1 781 688,85	861 957,69
SGA De operações de tesouraria		826 950,16	870 269,17
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 722 084,35	2 608 639,01
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 722 084,35	2 608 639,01
SGS De execução orçamental		798 972,97	1 781 907,75
SGS De operações de tesouraria		923 111,38	826 731,26



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Grupo Municipal da Nazaré

Ano 2023

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Total do património líquido
	Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	12 847 634,78				307 676,23	-4 518 339,00	-4 950 299,05		14 465 511,06	1 729 912,34	19 882 096,36	19 882 096,36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1 697 423,79				0,00	0,00	-181,50		4 949 139,78		6 646 382,07	6 646 382,07
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico										0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital									1 021 325,29		1 021 325,29	1 021 325,29
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	1 697 423,79						-181,50		3 927 814,49		5 625 056,78	5 625 056,78
Correção de erros materiais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										-405 662,03	-405 662,03	-405 662,03
RESULTADO INTEGRAL										-405 662,03	-405 662,03	-405 662,03
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	0,00				0,00	1 725 388,50	0,00		0,00	-1 729 912,34	-4 523,84	-4 523,84
Subscrições de capital/património						0,00					0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações						1 725 388,50				-1 729 912,34	-4 523,84	-4 523,84
Subscrições de prémios de emissão												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	14 545 058,57				307 676,23	-2 792 950,50	-4 950 480,55		19 414 650,84	-405 662,03	26 118 292,56	26 118 292,56



Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Anexos às demonstrações financeiras consolidadas



Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

As entidades incluídas na consolidação e que fazem parte do grupo municipal são as que constam no quadro seguinte.

Quadro 1.1 - Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Atividade Principal	Capital	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município da Nazaré	Av. Vieira Guimarães, 2450-112 Nazaré	Administração Local					a)
Serviços Municipalizados da Nazaré	Av. Vieira Guimarães, 2450-112 Nazaré	Abastecimento de água	9 485 572,98	9 485 572,98	100,00%		b)
Nazaré Qualifica, EM	Estrada da Praia do Norte, 2450-504 Nazaré	Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas	10 000,00	10 000,00	100,00%		b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município da Nazaré

1.1.1 – Princípios e políticas contabilísticas nas entidades incluídas na consolidação

Quer os princípios quer políticas contabilísticas adotadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados são coincidentes entre si.

No que se refere à Nazaré Qualifica, as taxas de depreciação utilizadas e o critério de cálculo e contabilização de imparidades são divergentes. Contudo, as diferenças são imateriais nas demonstrações financeiras consolidadas.

Procedeu-se à eliminação dos saldos, transações, transferências e subsídios e resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades consolidantes.



1.2 – Caixa e depósitos

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1.2 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	31/12/2023		31/12/2022	
Caixa		286 649,03		289 233,46
Caixa	37 999,40		40 583,83	
Caixa - valores a regularizar	248 649,63		248 649,63	
Depósitos à ordem		1 435 435,32		2 319 405,55
Depósitos bancários à ordem	1 435 435,32		2 319 405,55	
Total de caixa e depósitos		1 722 084,35		2 608 639,01

Conforme se pode observar no quadro supra, nele consta ainda o valor de 248.649,63 € (que se mantém inalterado) no saldo de caixa – valores a regularizar, que diz respeito a divergências apuradas de anos anteriores a 2015 nos Serviços Municipalizados.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações financeiras

O Município adotou dois critérios de mensuração:

- as participações financeiras inferiores a 20% foram mensuradas ao custo (de acordo com a NCP 18),
- as participações financeiras superiores a 20% foram mensuradas ao método de equivalência patrimonial (MEP) (de acordo com a NCP 23).



No método do custo, inicialmente o investimento é reconhecido pelo seu custo e vai sendo ajustado por perdas por imparidade.

No método de equivalência patrimonial, inicialmente a participação é reconhecida pelo custo, sendo depois ajustada conforme os resultados das participadas, ou seja, o resultado líquido das participadas são reconhecidos nos resultados líquidos do Município.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) aquele que é utilizado.

Desde o dia 1 de janeiro de 2020, todos os bens são inventariados segundo as taxas constantes do Classificador Complementar 2 (anexo III da Portaria nº 189/2016).

A todos os bens com um valor de aquisição inferior ou igual a 266,89 euros é atribuída uma taxa de amortização de 100%, o que equivale ao bem ser depreciado em 12 meses.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo de aquisição.

Especialização do exercício

Em conformidade com o princípio de especialização do exercício, os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que respeitam, independentemente do momento em que as transações são registadas.



Nota 3 – Ativos intangíveis

Em 2023, os movimentos ocorridos na rubrica dos ativos intangíveis encontram-se no quadro seguinte:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis consolidados

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	93 768,57	93 768,57		0,00	93 768,57	93 768,57		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	11 839,96	5 981,37		5 858,59	54 820,96	12 179,68		42 641,28
Propriedade industrial e intelectual	34 486,73	34 486,73		0,00	34 486,73	34 486,73		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00				
Ativos intangíveis em curso	413 139,72			413 139,72	464 676,72			464 676,72
Total	553 234,98	134 236,67		418 998,31	647 752,98	140 434,98		507 318,00

Os ativos intangíveis consolidados apresentam um saldo de 507 mil euros, essencialmente referente a anteprojetos e projetos de execução de várias empreitadas e à aquisição e desenvolvimento de software dos sistemas centrais de bilhética dos Transportes Urbanos.



Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais disponíveis. Estes contratos referem-se somente ao Município da Nazaré.

Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de rede de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição	Infraestruturas afetas ao serviço de eletricidade em baixa tensão	20 anos	-	-	-	-
Instalação e exploração de um Empreendimento Turístico e Quiosque	2 MBM - Investimentos Hoteleiros, Lda	Tereno no Parque da Pedralva	30 anos	105 999,00	-	-	-
Exploração dos balneários da praia da Nazaré "A Onda"	Cristiana do Carmo, Unipessoal, Lda	Espaço do Domínio Público Marítimo	13 anos	35 555,55	-	-	-
Utilização do Domínio Público Hídrico para implementação e exploração	Rui Miguel Pedro Amaro Batalha	Espaço do Domínio Público Marítimo	13 anos	-	-	-	-
Utilização do Domínio Público Hídrico para implementação e exploração	Sol e Mar - Associação de Banheiros do Concelho da Nazaré	Espaço do Domínio Público Marítimo	4 anos	-	-	-	-

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Grupo Municipal utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.



Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis consolidados

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	674 444,67	0,00		674 444,67	674 444,67	0,00		674 444,67
Edifícios e outras construções	1 319 405,47	129 185,57		1 190 219,90	1 568 303,81	185 234,70		1 383 069,11
Infraestruturas	21 860 890,16	10 101 530,03		11 759 360,13	22 485 155,42	10 970 757,06		11 514 398,36
Património histórico, artístico e cultural	304 167,73	21 863,41		282 304,32	304 167,73	28 085,29		276 082,44
Equipamento militar, de segurança e defesa	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	128 845,54	128 845,54		0,00	128 845,54	128 845,54		0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
	24 287 753,57	10 381 424,55		13 906 329,02	25 160 917,17	11 312 922,59		13 847 994,58
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3 377 037,23	0,00		3 377 037,23	6 341 721,35	0,00		6 341 721,35
Edifícios e outras construções	48 715 694,88	22 492 096,24		26 223 598,64	52 591 741,79	24 231 633,15		28 360 108,64
Equipamento básico	7 656 712,18	6 610 525,40		1 046 186,78	7 922 960,55	6 861 303,63		1 061 656,92
Equipamento de transporte	2 719 544,18	2 165 265,62		554 278,56	3 123 180,64	2 370 378,67		752 801,97
Equipamento administrativo	4 218 456,73	3 898 823,54		319 633,19	4 505 658,14	4 010 703,53		494 954,61
Equipamentos biológicos	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	2 148 481,29	1 767 749,41		380 731,88	2 216 036,75	1 882 628,39		333 408,36
Ativos fixos tangíveis em curso	2 329 856,78	0,00		2 329 856,78	3 534 593,93	0,00		3 534 593,93
	71 165 783,27	36 934 460,21		34 231 323,06	80 235 893,15	39 356 647,37		40 879 245,78
Total	95 453 536,84	47 315 884,76		48 137 652,08	105 396 810,32	50 669 569,96		54 727 240,36

Os ativos fixos tangíveis consolidados representam 90,7% do total do ativo e registaram um valor de 54,7 milhões de euros.

No exercício foram concluídas diversas obras, no valor global de 1,5 milhões de euros, das quais se destacam:

- Reabilitação da Praça 25 de Abril em Valado dos Frades (173 mil euros);
- Adaptação de espaço no edifício da antiga EB2 da Nazaré para Gabinete da Ação Social (158 mil euros);
- Substituição de cobertura na EB 2,3 Amadeu Gaudêncio (156 mil euros);
- Trabalhos de Especialidade (Eletricidade, ITEC, SCIE e AVAC) do Edifício dos Paços do Concelho (123 mil euros);
- Reabilitação do Parque da Pedralva (99 mil euros).



No âmbito dos trabalhos de identificação de todos os imóveis propriedade do Município, em 2023 procedeu-se à inventariação de 43 imóveis que já se encontravam registados nas Finanças em nome do Município, mas que ainda não constavam dos registos contabilísticos do Município.

Desses 43 imóveis, 38 dizem respeito a terrenos e cinco a edifícios. A grande maioria resulta de cedências gratuitas resultantes de processos de loteamento. Como não existe nenhum valor atribuído a cada um desses imóveis, eles foram contabilizados pelo valor patrimonial tributário (VPT) que constava das respetivas cadernetas prediais à data da inventariação.

Em relação aos cinco edifícios, a contabilização foi feita dividindo o valor do VPT em 25% para o terreno e 75% para o edifício.

Em termos de valores, a contabilização destes 43 imóveis originou um aumento de 5.674.860,80 € nos ativos fixos tangíveis: 2.958.324,12 € na conta 43.1 (Terrenos) e 2.716.536,68 € na conta 43.2 (Edifícios). De referir que deste valor, 3.112.000 € dizem respeito à Escola Amadeu Gaudêncio, que passou para o património municipal no âmbito da transferência de competências decretada pelo Decreto-lei 21/2019, no número 1 do artigo 62º, e que teve efeitos a partir de janeiro de 2020.

A contabilização destes valores foi feita por contrapartida de duas contas: a conta 51.2 (Retificações ao balanço inicial), sempre que a propriedade do Município é anterior a 1 de janeiro de 2002, data de entrada em vigor do POCAL; e a conta 59.4.2 (Doações), sempre que a propriedade do Município é posterior à entrada em vigor do POCAL. No primeiro caso o montante foi de 1.779.144,39 € e no segundo caso de 3.895.716,41 €. Foram regularizadas as amortizações destes imóveis, debitando a conta 51.2 (Retificações ao balanço inicial) para as depreciações até dezembro de 2001 e a conta 68.8.1 (Correções relativas a períodos anteriores), para as depreciações desde janeiro de 2002.

Com estes registos, no final de 2023 todos os bens do Município registados na Finanças passam a estar também registados na contabilidade.

No que se refere às áreas cedidas para o domínio público e privado do Município, decorrente dos alvarás de loteamento a situação, no final de 2023 é a seguinte:

- As áreas cedidas para domínio privado e já registadas nas finanças, foram registadas no património do Município, pelo seu VPT;
- As áreas cedidas para domínio público, embora não careçam de registo nas finanças e na conservatória, estão ainda em fase identificação e deverão ser objeto de ser objeto avaliação por uma comissão de avaliação ainda a constituir. Após a conclusão deste trabalho serão registadas no património do Município.



Nota 6 – Locações

Em 2023, o Grupo Municipal não detinha contratos de locação financeira em vigor.

Nota 7 – Custo de financiamentos obtidos

No final do ano de 2023, o detalhe dos financiamentos obtidos consolidados está espelhado no quadro seguinte.

Quadro 7.1 - Custo de financiamentos obtidos

Financiamentos	Saldo a 31/12/2022	Variação no exercício		Saldo a 31/12/2023
		Aumentos	Reduções	
Não corrente	28 953 120,14	283,12	1 099 754,92	27 853 648,34
FAM	28 011 258,71	0,00	825 060,18	27 186 198,53
Outros financiamentos bancários	941 861,43	283,12	274 694,74	667 449,81
Corrente	1 172 317,44	1 030 218,90	1 102 317,28	1 100 219,06
FAM	825 060,18	825 060,18	825 060,18	825 060,18
Outros financiamentos bancários	347 257,26	205 158,72	277 257,10	275 158,88
Total	30 125 437,58	1 030 502,02	2 202 072,20	28 953 867,40

Como se pode observar no quadro supra, os financiamentos obtidos de médio e longo prazo (passivo não corrente) apresentam reduções no valor de 1,1 milhões de euros. Esta variação decorre do facto do valor a pagar em 2024 relativo à amortização dos empréstimos ter passado para o curto prazo (1 milhão de euros para o passivo corrente) e da amortização parcial dos empréstimos da empresa municipal e dos Serviços Municipalizados.

Em termos globais, os financiamentos obtidos registaram uma diminuição de 1,1 milhões de euros referente às amortizações de capital no exercício (275 mil euros relativos a empréstimos a bancos e 825 mil euros ao FAM).

No que aos juros e encargos diz respeito, observe-se o quando seguinte:



Quadro 7.2 - Juros e outros encargos financeiros

Juros e Encargos	Saído a 31/12/2022	Saído a 31/12/2023
Juros FAM	528 605,26	391 732,85
Juros outros financiamentos bancários	14 158,25	36 995,06
Juros mora	52 100,34	75 184,41
Outros encargos financeiros	18 474,53	18 382,83
Total	613 338,38	522 295,15

Registou-se uma diminuição no total dos encargos financeiros (-91 mil euros). Este decréscimo deve-se ao menor valor de juros pagos ao FAM, resultado da revisão da taxa de juro que ocorreu em 2023 e teve eficácia financeira na prestação do 2.º semestre. Esta diminuição compensou o aumento dos juros dos empréstimos bancários e dos juros de mora que o Município teve que suportar neste exercício, mais concretamente juros no âmbito do plano de pagamentos ao IGFSS com a aquisição do terreno sito no Bairro dos pescadores.

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2023 – custo médio ponderado. Pode observar-se o quadro seguinte com a informação dos valores da conta de inventários consolidados e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	84 227,10		84 227,10
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	219 480,53		219 480,53
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalho em curso			
TOTAL	303 707,63		303 707,63



Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	81 508,79	629 261,97	620 846,34				5 697,32	0,00	84 227,10
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	211 638,68	223 034,27	223 352,20				0,00	8 159,78	219 480,53
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalho em curso									
TOTAL	293 147,47	852 296,24	844 198,54				5 697,32	8 159,78	303 707,63

Como se pode observar, a quantia de inventários consolidados apresenta um valor final de 303,7 mil euros, sofrendo um ligeiro aumento face ao ano anterior.

Quanto ao gasto consolidado do exercício, o quadro infra mostra o respetivo cálculo.

Quadro 10.3 - Quantia de inventários reconhecida como gasto do período

Ano 2023	Mercadorias	Matérias Primas, Subs., Consumo	TOTAL
Existências Iniciais	81 508,79	211 638,68	293 147,47
Compras	629 261,97	223 034,27	852 296,24
Regularização de Existências	-5 697,32	8 159,78	2 462,46
Existências Finais	84 227,10	219 480,53	303 707,63
Gasto no Exercício	620 846,34	223 352,20	844 198,54

Ano 2022	Mercadorias	Matérias Primas, Subs., Consumo	TOTAL
Existências Iniciais	69 847,00	215 001,16	284 848,16
Compras	658 131,34	252 640,74	910 772,08
Regularização de Existências	0,00	0,00	0,00
Existências Finais	81 508,79	211 638,68	293 147,47
Gasto no Exercício	646 469,55	256 003,22	902 472,77

**Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A NCP 15 faz a distinção entre:

- Provisões, que são reconhecidas como passivos porque são obrigações presentes e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essas obrigações; e
- Passivos contingentes, que não são reconhecidos como passivos, ou porque são obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos, ou porque são obrigações em que não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos.

Foi solicitado ao assessor jurídico que acompanha os processos judiciais do Município que para cada processo em curso, atribuisse a classificação de “provável exfluxo de recursos” ou “não provável exfluxo de recursos”.

Para os processos judiciais em curso para os quais foi atribuída a classificação de “não provável exfluxo de recursos”, não foi constituída qualquer provisão, sendo considerados passivos contingentes.

No quadro seguinte, evidenciamos os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de provisões para riscos e encargos:

Quadro 15.1 - Provisões

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	67 199,95				0,00	55 000,00			55 000,00	12 199,95
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	67 199,95	0,00			0,00	55 000,00			55 000,00	12 199,95



Neste exercício, o Grupo Municipal utilizou provisões no montante de 55.000,00 €, pelo que no final do exercício, o valor das provisões para riscos e encargos ascende a 12.199,95 €.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota.

O valor dos passivos contingentes ascende a 3.372.073,93 €.

O Grupo Municipal não regista ativos contingentes.

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município da Nazaré nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

Quadro 20.1 - Listagem de Entidades Controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Serviços Municipalizados da Nazaré	Não societária	Nazaré	9 485 572,98	100,00%	100,00%		100,00%
Nazaré Qualifica, E.M.	Societária	Nazaré	10 000,00	100,00%	100,00%		100,00%

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Controlo Final
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Serviços Municipalizados da Nazaré	Entidade controlada	Gastos - FSE *	197 062,16	4,30%	0,00	100,00%
		Transferências	600 000,00			
Nazaré Qualifica, E.M.	Entidade controlada	Contratos Programa	309 999,96	5,45%	0,00	100,00%
		Gastos - FSE *	698 943,66			
Total			1 806 005,78	9,75%	0,00	

*valores com IVA



Nota 22 – Interesses em outras entidades e investimentos em associadas

No quadro seguinte, consta a identificação das participações financeiras que o Município detém inferiores a 20%, e que foram por isso mesmo, excluídas do perímetro de consolidação.

Quadro 22.1 - Mapa de participações financeiras 2023 - Outras participações

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Sede	Percentagem de Participação	Participação no final do exercício	Capitais Próprios da Participada no final do exercício	Resultado Líquido da Participada	Observações
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Societária	Lisboa	0,24	273 724	113 527 680	7 012 016	
Águas do Vale do Tejo, S.A.	Societária	Guarda	0,23	194 781	83 759 578	10 396 093	
Associação Sem Fins Específicos - AMO Mais	Não Societária	Caldas da Rainha	7,14			-45 513	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM	Coimbra	0,32		3 137 056	209 019	
Associação Portuguesa Municípios com Centro Histórico	Não Societária	Lamego	0,005		92 698	62 536	
Comunidade Intermunicipal do Oeste	Não Societária	Caldas da Rainha	4,79		673 779	2 925 841	
Fundo de Apoio Municipal	OPCDP	Lisboa	0,09	372 051	417 857 175		



Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Património líquido

Quadro 23.1 - Variações no património líquido consolidado

Rubrica	Saldo a 31/12/2022	Movimento do período			Saldo a 31/12/2023
		Aumentos	Regularizações	Reduções	
Património / Capital	12 847 634,78	1 779 144,39		81 720,60	14 545 058,57
Reservas	307 676,23				307 676,23
Resultados transitados	-4 518 339,00	1 729 912,34		4 523,84	-2 792 950,50
Ajustamentos em ativos financeiros	-4 950 299,05	0,00	0,00	181,50	-4 950 480,55
Outras variações no património líquido	14 465 511,06	5 486 248,15		537 108,37	19 414 650,84
Resultado líquido do período	1 729 912,34	0,00		2 135 574,37	-405 662,03
TOTAL	19 882 096,36	8 995 304,88	0,00	2 759 108,68	26 118 292,56

A rubrica património / capital, teve uma variação líquida de 1,7 milhões de euros. No âmbito dos trabalhos de identificação de todos os imóveis propriedade do Município em 2023, procedeu-se à inventariação de diversos imóveis. Os que são propriedade do Município anterior a 1 de janeiro de 2002, data de entrada em vigor do POCAL, são contabilizados nesta rubrica. Ver nota anexa 5.

Nas outras variações no património líquido, com a entrada em vigor do SNC-AP, passaram-se a registar nesta rubrica os subsídios ao investimento (que anteriormente eram registados na rubrica de rendimentos a reconhecer) e as transferências de capital no âmbito do FEF (que anteriormente eram registadas em rendimentos do exercício) e as doações obtidas.

No final de 2023, o valor nesta rubrica era de 19.414.650,84 €. A variação positiva de 4.949.140 euros, resulta do efeito conjugado de:

- o valor do FEF capital e transferência ao abrigo do art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 (+528.479 euros);
- o valor da imputação a resultados de subsídios ao investimento (-537.108 euros). Este valor é transferido para outros rendimentos e ganhos no exercício proporcional às depreciações dos investimentos participados;
- o valor da transferência de capital de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018 (+26.750 euros);
- o valor das transferências e subsídios de capital com condições cumpridas (+1.000.943 euros);
- o valor de doações relativas à transferência da escola Amadeu Gaudêncio no âmbito do Decreto-Lei 21/2019 – delegação de competências, a diversos terrenos doados para o domínio privado do Município no âmbito das operações de loteamento, entre outras (+3.930.076 euros).



A rubrica resultados transitados, apresenta um saldo de 2.792.950,50 €. Apresenta uma variação de 1,7 milhões de euros relativamente a 2022, pela aplicação do resultado líquido de 2022, conforme proposta aprovada em assembleia municipal.

23.2 – Outras contas a receber e a pagar

A evolução da rubrica de outras contas a receber e a pagar ilustra-se no quadro seguinte.

Quadro 23.2 - Outras contas a receber e a pagar

Contas a receber e a pagar	Saldo a 31/12/2022	Saldo a 31/12/2023	Varição	Varição %
A receber	2 220 118,77	2 137 216,02	-82 902,75	-3,73%
Ativo corrente				
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	168 520,19	168 520,19	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	809 573,32	861 381,42	51 808,10	6,40%
Outras contas a receber	1 197 523,86	842 924,97	-354 598,89	-29,61%
Devedores por acréscimo de rendimentos	1 024 202,00	579 809,56	-444 392,44	-43,39%
Outros	173 321,86	263 115,41	89 793,55	51,81%
Estado e outros entes públicos	41 391,44	264 389,44	222 998,00	538,75%
Ativo não corrente				
Clientes, contribuintes e utentes	3 109,96	0,00	-3 109,96	-100,00%
A pagar	4 488 970,54	5 240 600,68	751 630,14	16,74%
Passivo corrente				
Fornecedores	614 698,64	522 948,52	-91 750,12	-14,93%
Fornecedores de investimentos	21 758,76	670 708,05	648 949,29	2982,47%
Estado e outros entes públicos	274 392,76	308 107,95	33 715,19	12,29%
Outras contas a pagar	1 596 380,45	1 809 504,98	213 124,53	13,35%
Credores por acréscimos de gastos	1 193 989,64	1 360 924,69	166 935,05	13,98%
Outros devedores e credores	402 390,81	448 580,29	46 189,48	11,48%
Passivo não corrente				
Outras contas a pagar	1 981 739,93	1 929 331,18	-52 408,75	-2,64%
Garantias e cauções	805 073,33	893 644,86	88 571,53	11,00%
Outros	1 176 666,60	1 035 686,32	-140 980,28	-11,98%

**23.3 – Rendimentos**

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2022 e 2023 é detalhado no quadro infra.

Quadro 23.3 - Rendimentos

RENDIMENTOS	Saldo a 31/12/2022	Saldo a 31/12/2023	Var. 23/22
Impostos, contribuições e taxas	9 978 496,09	9 162 181,24	-816 314,85
Impostos diretos	5 402 320,72	5 565 451,31	163 130,59
Impostos indiretos	4 338 535,95	3 311 528,53	-1 027 007,42
Taxas, multas e outras penalidades	237 639,42	285 201,40	47 561,98
Vendas	2 077 516,44	2 657 683,04	580 166,60
Prestações de serviços e concessões	6 562 205,60	7 052 990,83	490 785,23
Transferências e subsídios obtidos	4 672 095,11	4 985 864,25	313 769,14
Trabalhos para a própria entidade	160 984,81	93 534,19	-67 450,62
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	28 848,93	28 848,93
Outros rendimentos	1 669 854,16	1 651 702,19	-18 151,97
Juros e rendimentos similares obtidos	16 175,29	17 647,18	1 471,89
Total	25 137 327,50	25 650 451,85	513 124,35

A rubrica de impostos indiretos registou uma diminuição de 23,7% (- 1 milhão de euros), resultado do decréscimo da cobrança das taxas de loteamentos e obras, e sobretudo, da redução do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT). Este é um imposto de carácter muito variável e depende do mercado imobiliário de transações.

A rubrica de vendas e prestações de serviços e concessões teve um aumento de 580 e 491 mil euros respetivamente, resultado do aumento do consumo de água faturado e pela alteração do tarifário dos locais de consumo que estavam referenciados como AL – Alojamento Local, passando a ser cobrada a tarifa de “consumidor não doméstico” e que se refletiu nos 12 meses do ano de 2023, do aumento do valor da faturação do Farol por parte da empresa municipal, pelo ajustamento das tarifas à taxa de inflação estimada para o ano 2023 na faturação da água e saneamento e também pelo aumento na receita com parques e parquímetros face ao ano anterior.

Também a rubrica de transferências e subsídios obtidos teve um aumento relevante de 314 mil euros (+6,7%) face ao ano anterior. Este aumento está relacionado sobretudo com o incremento das transferências da DGAL por conta da transferência de competências na área da educação, ação social e saúde, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

**23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos**

No quadro abaixo pode observar-se os valores dos principais fornecimentos e serviços externos consolidados em 2023, bem como a variação relativamente ao ano anterior.

Quadro 23.4 - Fornecimentos e serviços externos

FSE	Saldo a 31/12/2022	Saldo a 31/12/2023	Var. 23/22	Varição %
Subcontratos e parcerias	1 052 522,43	1 180 907,66	128 385,23	12,20%
Saneamento básico	680 011,09	740 365,83	60 354,74	8,88%
Serviços de recolha e tratamento de RSU	370 891,34	440 541,83	69 650,49	18,78%
Outros	1 620,00	0,00	-1 620,00	-100,00%
Serviços diversos	1 993 410,48	2 205 073,61	211 663,13	10,62%
Rendas e alugueres	441 239,85	441 794,67	554,82	0,13%
Comunicações	97 162,29	113 971,97	16 809,68	17,30%
Seguros	68 570,88	66 201,38	-2 369,50	-3,46%
Limpeza, higiene e conforto	212 038,14	185 320,36	-26 717,78	-12,60%
Serviços desportivos	87 514,69	65 335,04	-22 179,65	-25,34%
Serviços de educação	461 259,71	465 389,52	4 129,81	0,90%
Serviços culturais	293 721,48	535 674,17	241 952,69	82,37%
Outros	331 903,44	331 386,50	-516,94	-0,16%
Serviços especializados	2 702 587,43	2 845 907,88	143 320,45	5,30%
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	187 773,59	63 607,00	-124 166,59	-66,13%
Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	196 047,83	48 934,28	-147 113,55	-75,04%
Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	66 110,84	50 389,35	-15 721,49	-23,78%
Publicidade, comunicação e imagem	91 163,89	51 146,87	-40 017,02	-43,90%
Vigilância e segurança	262 015,76	454 279,13	192 263,37	73,38%
Comissões de cobrança de impostos e taxas e outras	223 472,76	200 898,96	-22 573,80	-10,10%
Conservação e reparação	658 777,33	660 475,15	1 697,82	0,26%
Honorários	349 054,56	310 246,51	-38 808,05	-11,12%
Comissões	72 263,02	74 226,84	1 963,82	2,72%
Outros	595 907,85	931 703,79	335 795,94	56,35%
Energia e fluidos	1 362 477,71	1 301 072,20	-61 405,51	-4,51%
Eletricidade	914 075,45	872 744,21	-41 331,24	-4,52%
Combustíveis e lubrificantes	448 402,26	428 327,99	-20 074,27	-4,48%
Materiais de consumo	381 384,18	469 558,53	88 174,35	23,12%
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	14 786,79	34 363,20	19 576,41	132,39%
Vestuário e artigos pessoais	24 573,36	29 664,96	5 091,60	20,72%
Material de escritório	57 423,27	66 063,69	8 640,42	15,05%
Outros	284 600,76	339 466,68	54 865,92	19,28%
Deslocações , estadas e transportes	147 468,88	176 731,59	29 262,71	19,84%
Total	7 639 851,11	8 179 251,47	539 400,36	7,06%



A rubrica de fornecimentos e serviços externos, que regista despesas com aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis e serviços prestados por entidades externas, teve um acréscimo de 7,0% (+539 mil euros).

Grande parte deste incremento diz respeito aos serviços diversos, mais concretamente aos serviços de educação e aos serviços culturais.

Relativamente aos primeiros, em 2023, registou-se um aumento nos gastos, na medida em foi efetuada a contratação de serviços “in house” com a empresa municipal Nazaré Qualifica para a área da educação e que no ano anterior só aconteceu no último trimestre (além disso, em 2022 estes gastos do último trimestre foram classificados na rubrica de transferências). Este aumento é compensado pela redução parcial nas transferências correntes. Também se registou um aumento na prestação de serviços na área da educação.

Houve igualmente um grande incremento nos gastos com serviços culturais no exercício. Em 2023, os pagamentos efetuados à empresa municipal Nazaré Qualifica no âmbito da cultura e eventos passaram a ser contabilizados como contratação de serviços “in house”, ao contrário do que aconteceu em 2022, que eram contabilizados na rubrica de transferências correntes (celebração de instrumento contratual - contrato programa no ano 2022 com a empresa municipal). Além disso, ocorreram mais eventos culturais, quando comparado com o ano anterior, como por exemplo a Semana Arte Mulher e a organização do Carnaval 2023 (o que não aconteceu em 2022). Por outro lado, o valor gasto no evento “Festas do Sítio” foi maior em 2023. A acrescer a isto, também aumentou o número de prestadores de serviços na área da cultura, bem como o valor pago das prestações de serviços já existentes.

Também os serviços especializados registaram um incremento face ao ano anterior, fruto essencialmente do aumento dos gastos com serviços de vigilância e segurança e a aquisição de trabalho temporário para o serviço de resíduos sólidos urbanos e limpeza pedonal no concelho.

Importa ainda referir o aumento nos gastos em subcontratos no serviço de saneamento básico contratado à empresa Águas do Tejo Atlântico.

**23.5 – Gastos com Pessoal**

No final de 2023, o saldo da conta de gastos com o pessoal, decompõe-se conforme quadro infra.

Quadro 23.5 - Gastos com pessoal

Rubricas	Saldo a 31/12/2022	Saldo a 31/12/2023	Varição %
Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	191 002,18	196 927,46	3,10%
Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho por tempo indeterminado	5 158 163,16	6 134 327,23	18,92%
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto	530 317,88	600 345,18	13,20%
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	264 819,46	147 203,47	-44,41%
Pessoal em qualquer outra situação	138 325,88	136 604,21	-1,24%
Subsídio de refeição	398 340,30	522 111,75	31,07%
Suplementos e prémios	110 016,73	134 735,73	22,47%
Ajudas de custo	41 678,62	37 276,73	-10,56%
Trabalho extraordinário	183 844,83	205 910,02	12,00%
Abono para falhas	39 129,17	40 708,48	4,04%
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	190 643,66	235 589,77	23,58%
Caixa Geral de Aposentações	530 625,18	585 527,91	10,35%
Segurança Social	1 101 929,96	1 311 543,60	19,02%
Subsistema de saúde	54 032,49	59 238,61	9,64%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	62 286,62	75 783,50	21,67%
Serviço Nacional de Saúde	66 972,12	73 262,33	9,39%
Outros gastos com o pessoal	86 055,65	102 696,53	19,34%
Subsídio familiar a crianças e jovens	10 303,40	15 096,59	46,52%
Outras prestações familiares	2 426,28	2 605,26	7,38%
Total	9 160 913,57	10 617 494,36	15,90%

A rubrica de gastos com pessoal, face ao ano anterior, registou um aumento de 15,9% (+1,5 milhões de euros). Estes gastos compreendem as remunerações e respetivos encargos com os funcionários e executivo do Grupo Municipal. O Grupo Municipal contabilizava no final do ano 497 colaboradores, mais 19 relativamente ao final de 2022. No âmbito da transferência de competências na educação, foram transferidos para o Município da Nazaré 53 colaboradores em termos acumulados até ao final do ano.

Este aumento em termos de gasto resulta da transferência de competências na área da educação, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, da entrada de diversos trabalhadores através de mobilidade interna, pela alteração de posicionamento remuneratório obrigatório, pela mobilidade inter carreiras, pelo aumento do salário mínimo para os 760 €, pelo aumento do Exercício económico de 2023



subsídio de refeição para os 6 € e pela admissão de novos funcionários decorrente de concursos para as seções dos Serviços Municipalizados da Nazaré. O aumento resultante da transferência de competências é compensado com o aumento de transferências na receita no mesmo âmbito.

23.6 – Transferências e subsídios concedidos e outros gastos

Quadro 23.6 - Transferências e subsídios concedidos e outros gastos

Rubricas	Saldo a 31/12/2022	Saldo a 31/12/2023	Variação %
Transferências e subsídios concedidos	1 434 264,58	1 740 131,76	21,33%
Freguesias	298 880,61	310 734,47	3,97%
Instituições sem fins lucrativos	800 737,99	886 869,33	10,76%
Outros	334 645,98	542 527,96	62,12%
Outros gastos	648 992,73	1 024 369,53	57,84%
Correções relativas a períodos anteriores	232 879,47	402 966,94	73,04%
Taxas	144 297,86	185 394,20	28,48%
Quotizações	216 213,47	255 441,71	18,14%
Outros	55 601,93	180 566,68	224,75%
Total	2 083 257,31	2 764 501,29	32,70%

Relativamente às transferências e subsídios concedidos, o acréscimo de 306 mil euros, resulta essencialmente dos aumentos nas transferências para as Freguesias (+12 mil euros), para as instituições sem fins lucrativos (+86 mil euros) e outras transferências (+207 mil euros), com destaque para a transferência para a Direção Regional de Cultura do Centro (250 mil euros).

Relativamente aos outros gastos, o aumento de 375 mil euros incide sobretudo na rubrica de correções relativas a períodos anteriores, resultado da regularização das amortizações dos bens que não se encontravam inventariados no património, situação já explicada na nota anexa 5 do presente relatório.

Nota final

As notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo não são aplicáveis às contas consolidadas ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Nazaré, 29 de maio de 2024

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Câmara Municipal da Nazaré** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 60.338.760 euros e um total de fundos próprios de 26.118.293 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 405.662 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Câmara Municipal da Nazaré em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidade que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante da Relatório de Gestão Consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o Relatório de Gestão Consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Miraflores, 31 de maio de 2024

Paulo Ribeiro da Silva
ROC n.º 868 da OROC e 20160489 da CMVM
Em representação de:
"JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda."

José Maria Ribeiro da Cunha
ROC n.º 497 da OROC e 20160175 da CMVM